

O NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DA UFPEL E SEUS ACERVOS SOBRE QUESTÕES DO TRABALHO

‘NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA’ OF UFPEL AND ITS HISTORICAL COLLECTIONS ON ISSUES OF LABOR

Lorena Almeida Gill*

Beatriz Ana Loner**

Resumo: O Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas foi fundado no ano de 1990, tendo como objetivo inicial organizar o acervo da própria universidade, o qual estava disperso dentre seus vários cursos de graduação e de pós. Com o passar dos anos, no entanto, o NDH mudou sua orientação, ao agregar, principalmente, documentos que envolvem o mundo dos trabalhadores. Três acervos serão apresentados no artigo: o da Delegacia Regional do Trabalho, o qual reúne mais de 600 mil fichas de qualificação entre os anos de 1933 e 1968, de várias cidades do Rio Grande do Sul; o da Justiça do Trabalho, que reúne 100 mil processos, entre os anos de 1936 e 1995 e o da Laneira Brasileira S.A., empresa fundada em 1945, em Porto Alegre, que foi transferida para Pelotas, entre os anos de 1948-1949.

Palavras-chave: Núcleo de Documentação Histórica. Delegacia Regional do Trabalho. Justiça do Trabalho. Laneira. Pelotas. História.

* Professora no Departamento de História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

E-mail: lorenaalmeidagill@gmail.com

** Professora aposentada da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

E-mail: bialoner@gmail.com

Abstract: The Núcleo de Documentação Histórica (History Documentation Center) of the Universidade Federal de Pelotas was founded in 1990, its main goal is to organize the University historical collections, that were spread among its different courses. Over the years, however, the Center has changed its orientation, by adding, mostly, documents that involve the workers world. Three historical collections will be introduced in this article: Delegacia Regional do Trabalho, gathers more than 600 thousand of qualifications, between the years 1933 and 1968, of several cities in the RS; Justiça do Trabalho, that gathers more than 100 thousand processes, between the years of 1936 and 1955; and Laneira Brasileira S.A., an enterprise founded in 1945, in Porto Alegre, and then transferred to Pelotas, between 1948 and 1949.

Keywords: Núcleo de Documentação Histórica. Delegacia Regional do Trabalho. Justiça do Trabalho. Laneira. Pelotas. History.

Uma grande parte das dificuldades de se fazer a “história das pessoas comuns”¹ reside principalmente nas fontes, que são difíceis de encontrar, seja porque se acostumou a pensar que a vida desses indivíduos não merecia pesquisas - e, portanto, não havia por que guardar documentação de suas atividades, seja porque dificilmente sobram suficientes relatos, diários, atas e outros documentos que auxiliem a contar a vida do homem comum, o trabalhador de nossa sociedade.

A pesquisa em história social, além de trazer continuamente novas e criativas formas de apropriação de diferentes materiais de utilização humana, como fontes para a pesquisa, também valorizou muitos documentos tradicionais que habitualmente eram vistos como desprovidos de maior utilidade ou com um valor de pesquisa meramente estatístico.

Num esforço de ampliar os limites da imaginação e criatividade dos pesquisadores na busca de documentação para informar suas atividades, especialmente quando o objeto de estudo são as classes trabalhadoras da sociedade, Hobsbawm² propõe uma nova gama de fontes, algumas bastante excêntricas. Segundo o autor, inclusive a leitura de nomes próprios de catálogos telefônicos permite fazer uma primeira aproximação às formas complexas pelas quais atua a percepção e o imaginário das pessoas, em parte personificada pelos nomes que dão a seus filhos, uma escolha importante segundo todos os padrões, pois marca a forma como eles serão chamados e reconhecidos pelo resto de suas vidas.

Deve-se pensar que fontes escritas, em forma consolidada, legitimadas pelo seu uso legal, como documentos comprobatórios ou garantidores de direitos e vantagens, ou ainda por fazerem parte de processos de tribunais judiciários do país, seriam ‘quase’³ naturalmente consideradas de primeira

qualidade para a pesquisa histórica e, como tal, mereceriam um tratamento diferenciado pelos órgãos que os produzem ou produziram. Entretanto, no que diz respeito a alguns acervos, não houve maiores cuidados. Como exemplo, basta citar as disposições sobre a regulamentação da documentação da Justiça do Trabalho que legalizou a destruição de milhares de processos, em prol da demanda de espaço físico e de recursos humanos e técnicos para viabilizar sua preservação.⁴

Assim, recuperar e conservar fontes sobre o trabalho e os trabalhadores⁵ ainda é uma importante tarefa a ser cumprida pelos historiadores do trabalho, ao lado de suas preocupações com a pesquisa, o ensino e a produção de conhecimento. Sediados normalmente em universidades públicas, quase as únicas que abrem um espaço para pesquisas sobre trabalhadores livres e classes populares por parte de seus docentes e discentes, essa situação terminou levando à constituição de vários centros de história social dentro das universidades, centros estes que costumam aliar a pesquisa à preservação documental, numa simbiose interessante para a formação acadêmica, mas costuma significar, por parte da universidade, responsabilizar-se por funções, as quais não necessariamente constavam de seu estatuto original. Na verdade, são soluções necessárias de serem criadas como forma de preservar parte da documentação seriada social que, sem estes órgãos e sem despertar o apoio por parte de instituições tradicionais como arquivos e bibliotecas, fatalmente iriam terminar se perdendo.⁶ Esta tendência começou a partir do incremento da pós-graduação no Brasil e, cada vez mais, se intensifica em nossos dias, em que felizmente se detecta uma bem vinda preocupação com a questão do resgate e conservação de arquivos e acervos, por parte de arquivistas, historiadores e outros cientistas da sociedade. Segundo Candau⁷, vivemos atualmente uma espécie de mnemotropismo, o qual se vincula a uma perda de referências e diluição de identidades.

Neste artigo, se pretende apresentar a experiência do Núcleo de Documentação Histórica da Universidade Federal de Pelotas, que há mais de duas décadas (24 anos) busca preservar a documentação, oficial ou não, sobre trabalhadores e movimentos sociais e políticos, na região sul do estado gaúcho. Todavia, antes, cabe apresentar um pouco o local em que se situa.

A região mais meridional do Rio Grande do Sul e do Brasil caracteriza-se, atualmente, pela agropecuária e indústrias a ela vinculadas, resultado de sucessivas transformações econômicas feitas ao longo do século XX, para se enquadrar nas possibilidades disponíveis a uma região periférica e empobrecida do estado gaúcho. Entretanto, na Primeira República, a região foi um dos polos do desenvolvimento industrial do Estado, conformado pelas cidades de Pelotas e Rio Grande, próximas e ligadas por meio fluvial e terrestre com uma integração considerável, tanto no mercado de capital quanto naquele de mão de obra. A cidade de Rio Grande constituiu-se no único porto marítimo

do Estado, portanto, lugar de ativa vida portuária e sede de grandes indústrias no passado. Quanto a Pelotas⁸, sua fortuna foi feita com base na atividade charqueadora⁹, que trouxe muitos trabalhadores para a região, inicialmente africanos escravizados e seus descendentes, posteriormente imigrantes com práticas e saberes artesanais. As duas cidades foram palco de um movimento operário organizado e consistente.¹⁰

Dessa forma, é fácil perceber que, ao longo do século e meio de atividade sindical na região, muitos documentos e registros dos trabalhos e da atividade laboral foram feitos, mas como não houvesse um local específico em que esta documentação pudesse ser guardada, muito desse material foi perdido, disperso ou até transformado em papel reciclado, como aconteceu com a documentação do porto de Pelotas há cerca de 20 anos.

Para amenizar esta situação e também realizar estudos sobre os trabalhadores e movimentos sociais da região, surgiu, em março de 1990, aproveitando uma demanda da Reitoria da UFPel da época por um local que também guardasse a documentação sobre a história da universidade, o Núcleo de Documentação Histórica da UFPel (NDH), cuja sede foi localizada, desde o início, no Instituto de Ciências Humanas. Quando foi criado, era o único centro de documentação funcionando na cidade de Pelotas, a qual, com exceção da Biblioteca Pública Pelotense, não possuía nenhum arquivo histórico e apenas contava com três museus específicos de artes e coleções de animais, vinculados à própria Universidade Federal de Pelotas.

Ao longo destes já 24 anos de existência, se conseguiu organizar um razoável acervo sobre os movimentos sociais e políticos da região, enquanto suas equipes de pesquisadores docentes, com o auxílio de alunos bolsistas e voluntários, levaram a efeito várias pesquisas, a maioria sobre história social dos trabalhadores gaúchos e suas condições de vida e trabalho durante o período imperial e republicano. Com relação a estas pesquisas, o material recuperado por elas também permaneceu arquivado no núcleo, sendo em sua maioria composto de arquivos digitais, que continuam, mesmo após o término das pesquisas originárias, servindo para outros trabalhos das equipes do NDH. Conseguiu-se arrecadar, até agora, um grande número de documentos, periódicos, atas, panfletos, programas e demais publicações de sindicatos e associações da cidade, partidos políticos e movimentos sociais variados. Fotos, vídeos e outras formas de registro das atividades político-sociais dos últimos anos também têm sido objeto de políticas de resguardo do Núcleo, de forma que se tem atualmente um conjunto amplo e diferenciado de materiais para a guarda e o subsídio de pesquisas próprias ou de pesquisadores e interessados de fora.

Assim sendo, o NDH virou um referencial para a preservação de materiais em suporte papel, na cidade de Pelotas, muitas vezes superior a seu espaço físico e possibilidades de tratamento, mas que são aceitos, pois a

outra opção seria, simplesmente, a eliminação física desses documentos. Com isso, cedo atraiu para si a responsabilidade da guarda de numerosos acervos particulares, de pessoas que queriam “limpar” suas casas, e lá iam depositar revistas, jornais, boletins e documentos particulares, especificamente aqueles oriundos de movimentos sociais e sindicais, revistas e jornais alternativos e documentação de eleições e movimentos partidários. Através de convênios, foi resguardada, também, parte do Acervo do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores e se tem em comodato o arquivo do Diretório Central de Estudantes da UFPel e do antigo Grêmio da Escola Técnica Federal de Pelotas, atual Instituto Federal Sul-Rio-Grandense. O material de associações de representação de interesses, tal como os listados acima e outros, passou por procedimentos básicos de higienização e de arranjo, tornando possível sua consulta por interessados, na sede do Núcleo.

Os projetos de pesquisa também terminaram aglutinando um bom número de entrevistas e histórias de vida, com o que se constituiu um Laboratório de História Oral (LaHO), a partir de 2010, no qual estão depositadas mais de cento e vinte entrevistas transcritas e com originais gravados ou filmados, sobre temas ligados aos trabalhadores, como assentados do MST, sindicalistas, foliões ligados aos clubes carnavalescos negros, radialistas, minorias étnicas da cidade e trabalhadores de ofícios, além de dirigentes e servidores da UFPel.

Este acervo é submetido às técnicas de acondicionamento e arquivamento de entrevistas orais e fica à disposição para pesquisas dos interessados. Por outro lado, o laboratório tem projetos próprios, dedicando-se, em alguns deles, apenas à realização das entrevistas, ficando estas depositadas e disponíveis para futura consulta, formando uma espécie de “banco de histórias”.¹¹ O LaHO é o único laboratório de história oral na UFPel, embora várias outras disciplinas, como a Sociologia, a Psicologia, a Antropologia e a Educação Física, também se utilizem largamente dessa metodologia. O LaHO possui espaço para a realização de estágios, principalmente de alunos do Bacharelado de História, que aprendem sobre a utilização da metodologia e se apropriam de discussões relacionadas à memória e à identidade.

No que diz respeito ao tratamento das entrevistas, o arranjo está sendo feito tendo como modelo a proposta arquivística de Bellotto.¹² Os fundos são dois: os vinculados aos projetos que tem como metodologia a História Oral Temática e aqueles que se aproximam da História de Vida. As séries são os projetos desenvolvidos, os quais abarcam preocupações variadas, como a memória da imigração, cotidiano e formas de lazer, histórias de adoentados e curadores, ofícios em extinção, entre outros. As subséries estão divididas entre os narradores, sendo que suas fichas estão identificadas pelo sobrenome e nome, com o objetivo de facilitar o acesso. Atualmente, tenta-se combinar pesquisas em história oral com aquelas que utilizam outros acervos, como os da Justiça do Trabalho, analisando as variações de determinadas profissões ao longo do século XX, como as de sapateiros, estivadores, alfaiates e tecelãs.¹³

A intenção deste artigo, no entanto, é descrever os arquivos completos de órgãos oficiais e de empresas que estão sob a guarda do Núcleo, explorando também suas potencialidades de pesquisa e o que já tem sido feito pela própria equipe do núcleo ou pesquisadores que tiveram acesso a esse material. Inicialmente, torna-se necessário arrolar o material em tela.

ACERVO DA DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO - RS

O acervo foi incorporado ao Núcleo em 2001, através de um convênio com o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde se encontrava anteriormente. Trata-se do arquivo completo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul (DRT-RS), órgão regional do Ministério do Trabalho do Brasil, dos anos de 1933 a 1968. O acervo é formado pelos formulários preenchidos no momento da solicitação da carteira do trabalho, os quais permaneciam arquivados na DRT e a ficha de qualificação profissional ou ‘ficha-espelho’, com base na qual é feita a Carteira de Trabalho e leva este nome porque reproduz as informações daquela. Sua conformação e conteúdo variaram ao longo do tempo, porém, sempre se caracterizou por trazer muitos dados qualitativos e quantitativos sobre os trabalhadores que solicitavam a feitura da carteira. As principais informações são referentes às características físicas e de identificação do trabalhador, incluindo sua foto. A seguir, há dados sobre sua vida pessoal e familiar (família de origem e a própria), profissão, local de trabalho e moradia. Há também espaços para informações sobre salário, idade, nível educacional, além da assinatura. No caso de estrangeiros, discrimina sobre os filhos nascidos no Brasil, data de chegada e assim por diante. Em pouquíssimos casos, contém anexos à ficha. Os modelos mais antigos ainda trazem todos os nomes dos dependentes e seu parentesco em relação ao titular da carteira. Dessa forma, é um conjunto de dados com muito potencial para pesquisas, seja de cunho qualitativo ou quantitativo. Seu arranjo original, feito em livros ou cadernos, que agrupam as fichas numeradas, separados por ano e delegacia de expedição, permite inclusive a pesquisa referente a cidades ou regiões determinadas do estado.

A Carteira de Trabalho (CT) surgiu em 1932 juntamente com outras regulamentações e eram de responsabilidade do Departamento Nacional do Trabalho, criado em fevereiro de 1931, pelo decreto 19.671, com a intenção de estabelecer parâmetros relativos à Previdência Social. O decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932 e o decreto nº 22.035, de 29 de outubro do mesmo ano, regulamentaram-na, transformando-a rapidamente em documento imprescindível, pois, sem ela, nenhum dos novos direitos seria obtido pelos trabalhadores. O artigo 12º estabelecia a validade como documento de identidade e o 13º transformava a CT em prova comprobatória, em caso

de conflitos entre patrões e trabalhadores. O artigo 25º condicionava a possibilidade de reclamações de empregados frente ao Ministério do Trabalho e seus órgãos, à exigência da carteira pelo reclamante. Sob outra perspectiva, em 1934 (decreto nº 24.694) este documento passou a ser exigido para a sindicalização do trabalhador e, por sua vez, o governo terminou impondo que só teria direitos à lei de férias e aposentadoria, o trabalhador que possuísse a CT e fosse sindicalizado. Essas características de sua imposição sobre o conjunto dos trabalhadores fizeram com que, para os anos iniciais, ela fornecesse um quadro da força de trabalho gaúcho em algumas categorias, que, por mais organizadas, foram das primeiras a solicitar a expedição das carteiras. Mesmo assim, deve-se levar em conta que demorou cerca de uma década para este procedimento estar difundido para todo o Estado e a maioria das categorias laborais, devido a problemas políticos, de falta de funcionários, a desconfiança ou o descumprimento da lei por alguns empresários que dificultavam o acesso de seus empregados a esta medida.

No início do processo de identificação para a expedição das carteiras, havia apenas uma delegacia em Porto Alegre e o identificador (nome dado ao funcionário encarregado do preenchimento da ficha) deslocava-se a distritos ou municípios do interior para fazer seu trabalho, normalmente junto a entidades sindicais ou empresas maiores. Como o governo Vargas, na tentativa de difundir as leis sindicais e trabalhistas, acoplou o “tirar a carteira de trabalho” a ter direitos como férias e outros, durante os primeiros anos quem fazia a carteira era quem já estava trabalhando e, dessa forma, os dados permitem mapear a composição da força laboral do Estado em sua plena utilização, apenas tendo que levar em conta o período de sua difusão completa pelo território.¹⁴

O acervo é constituído de 1053 caixas pequenas e 53 caixas grandes, contendo os cadernos e fichas dos formulários preenchidos em todo o estado gaúcho, separadas por ano e por município. A metragem cúbica total é de 13,25 metros de área, correspondendo a um espaço que abriga 627.213 fichas de dados e fotos individuais, distribuídas em 12.736 cadernos ou livros. Contém também documentos avulsos, como pedidos de benefícios, certificados de reservista, atestados de residência e fotos de pessoas ou atividades sindicais, somando outras 28.593 unidades. Ao longo dos anos, ao mesmo tempo em que se digitava os dados de todas as fichas, se foi higienizando e procedendo a limpeza do acervo, mantendo ou restaurando, em alguns casos, seu arranjo original.

A digitação faz parte de um projeto que compreende todo o acervo, formando o Banco de Dados da DRT-RS, que possibilitará análises posteriores, através da construção de tabelas e quadros e do cruzamento de dados. O Banco de Dados Digital criado tem capacidade de armazenar os milhares de itens a serem digitalizados, com interface digitável de até 50 campos, permitindo também o cruzamento das informações dos campos.

Esse projeto começou sob a supervisão da professora Beatriz Loner, em 2003, ainda como projeto de extensão e, em 2005, transformou-se em pesquisa sobre as primeiras décadas do acervo. Atualmente, está sendo coordenado pelo professor Aristeu Machado Lopes. Um financiamento inicial, através do convênio *Memória do Trabalho*, do Ministério do Trabalho com a Fundação Getúlio Vargas, permitiu criar um Banco de Dados desenvolvido especificamente para esse material. O trabalho de bolsistas, estagiários e voluntários (estes últimos na higienização) levou avante a digitação de dados e a limpeza do material, começando a formação do Banco de Dados, num trabalho lento, mas constante. O principal problema encontrado foi a falta de financiamento necessário à digitação, o que, aliado à quantidade de dados a serem digitados, tornaram este um projeto para ainda vários anos no futuro. Mesmo assim, informações parciais são regularmente apresentadas em simpósios e jornadas, além de o arquivo servir de base para trabalhos de alunos, bolsistas e outros pesquisadores.

A relevância desse arquivo de fichas-espelho no Rio Grande do Sul se dá porque em poucos Estados houve a preservação desses dados, muito menos sua disponibilidade para a pesquisa, o que faz com que o acervo gaúcho seja um dos mais importantes do país e o único, de que se tem conhecimento, que está sendo completamente digitado.

O ACERVO DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE PELOTAS

O acervo de processos trabalhistas da cidade de Pelotas e região, uma documentação da 4ª Região da Justiça do Trabalho, num total de mais de 100 mil processos, abrange o período de 1936 até 1995 e está incorporado à documentação do Núcleo, em regime de comodato, desde 2005. Os anos mais recentes também estariam à disposição do NDH, mas não há mais espaço útil para armazenamento. Em termos de metragem, a documentação ocupa uma área aproximada de 40 metros cúbicos e conta com mais de 100 mil processos.

Essa documentação, que expõe conflitos entre empregados e seus patrões, é de grande importância para o estudo das relações geradas dentro do processo de trabalho, entre empregador e empregado. Esse é o acervo mais completo de que se tem notícia dentro de uma cidade do estado do Rio Grande do Sul e, talvez, do próprio país. Desde seus primeiros processos (em formato digital, pois os originais dos processos iniciais estão no Memorial do Trabalho em Porto Alegre), a documentação não sofre solução de continuidade, o que resulta ser extremamente importante para pesquisas seriais, como a distribuição de reclamações por motivo e por empresa; avaliação de reclamações por gênero, inclusive se há alguma discriminação em seus resultados quanto ao sexo; tipos de ocupações que mais demandam a Justiça Trabalhista, dentre várias outras.

O fato de toda a coleção de processos trabalhistas da região estar preservada e em condições de consulta difere e amplia o valor dessa documentação, pois em outros locais, aliás, na grande maioria das comarcas, o material já foi eliminado com base na lei 7.627 de 10 de novembro de 1987, a qual dispõe sobre a eliminação dos autos findos, seja através de sua incineração ou picoteamento.

Mesmo nas poucas regiões em que houve preservação dos processos, mormente é feita uma seleção do material que vai ser preservado, com o pretexto da impossibilidade de guarda da sua totalidade, pelo demasiado volume. Em alguns casos os processos estão sendo microfilmados ou digitalizados; continua havendo uma forte tendência para que isso seja feito, não com a totalidade dos documentos, mas apenas com os selecionados. Com isso fica prejudicada boa parte das pesquisas seriais que poderiam ser realizadas, tendo por base esse material. Individualmente, também o dano é significativo, pois muitos trabalhadores têm que recorrer à documentação que ficou incorporada nos processos para fins de comprovação de tempo de serviço ou direitos na aposentadoria.

Se a situação no país é calamitosa, com a maioria dos arquivos tendo sido eliminados, no Rio Grande do Sul se conseguiu maior preservação, mas não completa, já tendo sido eliminados muitos dos processos mais antigos, como aqueles da capital, por exemplo, e das regiões metropolitanas. Em Santa Maria, preservou-se o total do acervo, como em Pelotas, mas ela é uma comarca menos industrial e cuja implantação ocorreu posteriormente.

No caso particular de Pelotas, os arquivos foram salvos apenas porque a medida de eliminação dos autos findos não havia ainda sido implementada. Dessa forma, através de uma ação mediada pelo Memorial da Justiça do Trabalho do Estado, de Porto Alegre, foi possível ao NDH receber esse material, com a finalidade de salvaguarda e de pesquisa. O Tribunal de Justiça encarregou-se de entregar a documentação já organizada e contando com instrumento de busca informatizado, o que auxilia no rastreamento de processos individuais. Além disso, encarregou-se de parte da montagem de prateleiras para abrigar o material.

Ao Núcleo cabe a sua guarda e conservação, bem como disponibilizá-lo para consultas de pesquisadores. Quanto a consultas de trabalhadores que necessitam de algum documento incorporado a um processo para fins de aposentadoria, essa busca é intermediada pela Justiça do Trabalho. Ao longo dos anos, viu-se que há uma expressiva quantidade de pessoas que, sem os documentos constantes nos autos, teria dificuldade de comprovar seus direitos, o que é mais um motivo para se reafirmar a necessidade do resguardo total desses tipos de acervos no país, pois os maiores prejudicados são exatamente as pessoas mais pobres e com menores condições de guarda individual de documentos, facilmente perdidos em mudanças e enchentes ou outras calamidades que ainda

costumam recair em maior número nos moradores das periferias das cidades, onde também se situam os locais de moradia dos trabalhadores.

A princípio houve a entrega dos processos ao NDH até o ano de 1991, mas posteriormente se ampliou o número de processos até abranger o ano de 1995. Teria sido aventada a possibilidade de se ficar com a documentação até o ano de 2000, sendo que os processos findos depois desta data seriam enviados para Porto Alegre, passando a fazer parte de acervo estadual do próprio Tribunal. Entretanto, a falta de espaço para acomodação dos mesmos nas dependências do Instituto de Ciências Humanas, onde está situado o Núcleo, levaram a utilizar como data final o ano de 1995, o que não foi adequado, porque isso impediu que se completasse o século XX, em termos de guarda completa do material. Ocorre, ainda, que em Porto Alegre se está sujeito às mesmas políticas que vigoram para os demais processos trabalhistas e que tendem a se inclinar para preservação seletiva.

Em termos de pesquisa, a equipe do Núcleo, coordenada pela professora Lorena Gill, começou, há alguns anos, um processo de limpeza e catalogação dos processos trabalhistas que ocorre em três etapas, sendo a primeira a higienização dos mesmos e a segunda uma análise qualitativa, na qual se estuda o processo judicial e se elabora um resumo com o número do processo, ano da reclamação, requerente, endereço, remuneração declarada, motivo da ação, empresa reclamada, período de duração, anexos relevantes no processo e observações pertinentes. Nas observações constam os documentos anexos aos autos, como telegramas, atestados médicos, notícias de jornais do período, que muitas vezes eram utilizados como provas nas audiências e que, para os pesquisadores de hoje, constituem preciosas fontes complementares. Na terceira etapa, a análise é quantitativa: assim, os dados são sintetizados, anotando-se o número do processo, o ano da demanda, o estado civil do requerente, os advogados de ambas as partes, o sexo do requerente, a nacionalidade, a conclusão (improcedente, procedente, procedente em parte, arquivado ou acordo), o período de duração, se a ação era plúrima ou individual, se o requerente recebeu ou não o benefício da justiça gratuita e a qual sindicato pertencia. Após o término da pesquisa, estas informações quantitativas poderão ser disponibilizadas como informações no *site* do NDH, visando facilitar o trabalho de pesquisadores da área.

Desde 2009 se iniciou um projeto de pesquisa, intitulado “À beira da extinção: memórias de trabalhadores cujos ofícios estão em vias de desaparecer”, o qual trabalha com duas metodologias principais: a pesquisa documental (qualitativa e quantitativa) dos processos e a história oral. Através do projeto, procuram-se os processos que têm como sujeitos uma determinada categoria profissional, observando-se como se conformavam suas relações de trabalho na década de 1940; buscam-se os seus representantes atuais e a percepção deles das diferenças no ritmo e na própria evolução do ofício,

através de entrevistas com antigos trabalhadores. Como o nome indica, deu-se maior atenção aos ofícios que se tornaram obsoletos em nossa sociedade e que permanecem ainda em funcionamento através apenas de velhos artesãos, dificilmente atraindo gente jovem, devido ao restrito mercado de trabalho e à pouca possibilidade de desenvolvimento profissional e de ganhos salariais significativos.

Houve ainda processos individuais ou que envolveram determinadas empresas, que já foram objeto de pesquisas de mestrados das áreas de ciências humanas ou sociais aplicadas, ou de alunos de graduação, para fins de elaboração de dissertações ou monografias de TCC. Tecelãs, estivadores, alfaiates, relojoeiros, sapateiros (remendões) e trabalhadores adoentados foram algumas das categorias analisadas.

Em termos gerais, e para os primeiros anos de funcionamento da Justiça do Trabalho, foi possível avaliar que os pedidos de indenização eram os mais frequentes. Na maioria dos casos o requerente ganhou a ação, embora o empregador buscasse desqualificar seu discurso durante as audiências da Justiça do Trabalho. Uma prática bastante presente na década de 1940 - e que foi objeto de grande quantidade de processos -, foi a iniciativa do empregador de alterar a categoria do empregado, fazendo com que ele passasse de mensalista a diarista, ocasionando, com isso, a perda de diversos direitos, dentre eles o descanso semanal.

Já foram analisados cerca de 1800 processos, em ordem cronológica, o que faz com que a equipe de bolsistas e professores do núcleo esteja lidando com processos do ano de 1950, e já se tem algumas constatações gerais a fazer.

Após a implementação da Consolidação das Leis Trabalhistas (1943), as demandas aumentaram consideravelmente. Como exemplo, se tem o caso da Companhia Fiação e Tecidos, empresa inaugurada em 1908, cujas primeiras reclamatórias iniciam em 1944, mantendo-se constantes até sua falência, em 1974. A Companhia Fiação e Tecidos, juntamente com o Frigorífico Anglo, a Companhia Nacional de Óleos de Linhaça e a *The Riograndense Light and Power* foram as empresas mais demandadas pelos trabalhadores nessa fase inicial, talvez por se constituírem entre as maiores da região.

Grande quantidade dos processos tem por requerentes os trabalhadores, sendo estes geralmente operários de diversas fábricas da cidade; muitos não tinham mencionados sua função ou setor de trabalho. Entre os operários reclamantes, a maioria tinha postos menos remunerados e era formada por brasileiros, contudo se encontrou alguns casos de chefes e subchefes também requerendo direitos. Nas poucas situações em que a empresa entrava na justiça era para demitir algum operário por justa causa.

As demandas mais frequentes dos trabalhadores, para o período analisado, eram pedidos de indenização por demissão sem justa causa, pagamento de aviso prévio e reintegração. Muitas vezes eram solicitados na

mesma reclamatória. Há ainda demandas como licença-maternidade, auxílio-doença, pagamento do mínimo legal, pedidos para voltar a exercer sua tarefa, em função de remanejamentos; férias, pagamento de horas extras, descanso semanal, salários atrasados. Alguns processos duravam cerca de cinco anos, outros eram sentenciados no mesmo mês de sua entrada.

Numa análise feita sobre os mil primeiros processos, viu-se que mulheres constituíam apenas 15% dos demandantes, dado que contrasta com a ampla utilização da mão de obra feminina em fábricas de tecidos e de alimentação na cidade. De forma sintomática, na maioria dos casos em que estiveram envolvidas, o processo foi julgado improcedente ou arquivado. De toda a maneira, é necessária uma maior ampliação do período e da quantidade de processos analisados, antes que se possa detectar tendências sexistas ou de qualquer outro tipo nos julgamentos.

A pesquisa ainda vai durar um bom número de anos, pois, tal como aquela sobre a DRT, é feita com equipes de alunos bolsistas e voluntários, sob a supervisão de um professor; o volume do material indica seu prolongamento futuro. De todo modo, é um bom exemplo das possibilidades qualitativas e quantitativas de pesquisa sobre este material, cujos resultados se fazem sentir em encontros da área, seja de Iniciação Científica, seja em encontros profissionais, como da ANPUH, do GT Mundos do Trabalho, de História Oral e outros.

O fato é que com a incorporação do acervo do Poder Judiciário Trabalhista, o Núcleo passou a se constituir como fonte exclusiva para pesquisas que demandem o judiciário trabalhista na região, o que, diante do panorama nacional citado anteriormente, é um alívio, permitindo, para o futuro, que se tenha o contexto exato da implantação dos órgãos trabalhistas na região e as principais demandas dos trabalhadores, bem como acesso a algumas das táticas e subterfúgios principais dos empresários no confronto com as leis e também no tratamento com seus empregados.

As duas documentações únicas e amplas, com origem no Ministério do Trabalho, de que é detentor da guarda o NDH - DRT e Justiça do Trabalho da região de Pelotas -, alçam o Núcleo a um posto importante entre os locais de preservação de acervo sobre trabalhadores, não só no Estado, como no país, fato pouco reconhecido até agora, pois são ínfimos os auxílios financeiros que foram conseguidos, apesar de variados esforços, para o processamento e análise desse material. No tocante a DRT, depois de um apoio inicial da Petrobrás, que permitiu construir o Banco de Dados para a digitação do material, muito tempo se passou até que no ano passado foi conseguido outro financiamento, que vai permitir acelerar as etapas dessa pesquisa. Quanto ao acervo da Justiça do Trabalho, atualmente funciona com a colaboração, principalmente, de alunos de iniciação científica e de extensão.

Por último, recentemente chegou ao NDH documentos relativos a uma empresa existente em Pelotas, que faliu no ano de 2003. Trata-se da Laneira

Brasileira S/A, fundada em 5 de novembro de 1945, em Porto Alegre, sendo transferida para Pelotas em 1949, tendo em vista existir na cidade condições adequadas para o comércio de lãs.

Funcionando na Avenida Duque de Caxias, 144, no bairro Fragata, o maior de Pelotas, a Laneira contou com um grande número de empregados, e é sobre eles que incide a documentação coletada. Desde o ano de 2010 o prédio faz parte do patrimônio da Universidade Federal de Pelotas, que conta com um dos maiores patrimônios industriais¹⁵, em se tratando de universidades brasileiras.

Boa parte do acervo é composta por dossiês de empregados, nos quais constam informações pessoais, contratos de admissão, exames e atestados médicos, caderneta de vacinação, aviso de férias, recibos de pagamentos de salários, dentre outros. Outra parte da documentação se refere ao balanço financeiro da empresa, que durou várias décadas.

Todo o acervo apresenta-se da mesma forma como foi retirado da empresa, ou seja, nem mesmo o processo de higienização foi iniciado, o que prejudica a observação e análise da documentação. Espera-se, neste ano, se ter capacidade para iniciar um projeto específico de tratamento do acervo que envolve a empresa e seus trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora tenha surgido com a intenção de organizar a documentação da própria universidade, o Núcleo de Documentação Histórica, faz anos, alterou o seu objetivo primeiro, conseguindo se colocar atualmente como uma referência no estudo e na pesquisa sobre os trabalhadores da região sul do estado do Rio Grande do Sul.

Acervos como o da Delegacia Regional do Trabalho, da Justiça do Trabalho e da Laneira permitem aos pesquisadores não só observar dados e tendências no mundo do trabalho, como também observar o cotidiano dos trabalhadores, em anos que, embora a legislação trabalhista estivesse se organizando, foram marcados por uma grande exploração.

Uma das maiores dificuldades para se trabalhar com o acervo é a sua volumetria, que embora traga uma imensa riqueza, faz com que sejam necessárias muitas e variadas fontes de recursos, visando sua higienização, organização e arranjo, além da pesquisa.

De todo o material abordado, o único que ainda não demonstrou a sua potencialidade é o da Laneira, fazendo com que seja urgente a obtenção de recursos financeiros e materiais para se implementar projetos visando a sua observação. De qualquer maneira, a documentação está acondicionada em local adequado, esperando sua oportunidade de contribuir para a pesquisa industrial e operária da região Sul.

No próximo ano o NDH comemora o seu primeiro quarto de século. Espera-se que continue se consolidando como um forte núcleo de guarda e pesquisa de acervos sobre os trabalhadores no estado, além de ser importantíssimo apoio para a pesquisa nas áreas de História, Sociologia, Antropologia e outras, como a Demografia, por exemplo.

NOTAS

¹ A história de pessoas comuns ou vista de baixo, como costuma ser chamada, é utilizada para criticar a história oficial, ao inserir novos personagens, os quais não constavam dos registros antes do século XVIII. Segundo Sharpe (p. 62), “A história vista de baixo ajuda a convencer aqueles de nós nascidos sem colheres de prata em nossas bocas, de que temos um passado, de que viemos de um lugar”. SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 39-62.

² HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

³ Dizemos quase, porque sabemos, como cientistas da área de humanas, que nada é realmente natural em uma dada sociedade, tudo dependendo da configuração desta e das vertentes econômico-sociais em que ela se apoia.

⁴ Recentemente, os historiadores representados pela ANPUH tiveram que encabeçar campanhas pela preservação dos processos da Justiça comum brasileira, sem sucesso. Quanto a Justiça do Trabalho, a luta é mais longa, porque esta já tinha instrumento legal autorizando a destruição dos autos findos. Sobre este último caso, ver SILVA, Fernando Teixeira. Nem Crematório nem museu de curiosidades: por que preservar os documentos da justiça do trabalho. In: BIAVASCHI, Magda Barros; MIRANDA, Maria Guilhermina; LÜBBE, Anita (Coord.). *Memória e Preservação de Documentos: Direitos do Cidadão*. São Paulo: LTr, 2007. p. 31-51; SCHMIDT, Benito; SPERANZA, Clarice. Acervos do judiciário trabalhista: lutas pela preservação e possibilidades de pesquisa. In: MARQUES, Antonio; STAMPA, Inez. (Orgs.). *Arquivos do Mundo dos Trabalhadores: coletânea do 2º Seminário Internacional o Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/São Paulo; Central Única dos Trabalhadores, 2012. p. 33-48.

⁵ HOBSBAWM, Eric. *Os Trabalhadores*. Estudos sobre a História do Operariado. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2012.

⁶ CAMARGO, Célia. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1999. p. 49-63.

⁷ CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 10.

⁸ Para conhecer mais sobre a história de Pelotas ver, entre outros: LONER, Beatriz; GILL, Lorena; MAGALHÃES, Mario (Orgs.). *Dicionário de História de Pelotas*. Pelotas: EdUFPEL, 2012.

⁹ Sobre o assunto ver, entre outros: GUTIERREZ, Ester. *Negros, charqueadas e olarias*. Um estudo sobre o espaço pelotense. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2011; GUTIERREZ, Ester. *Sítio Charqueador Pelotense*. Porto Alegre: Paisagem do Sul, 2010.

¹⁰ LONER, Beatriz. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: EdUFPEL, 2001.

¹¹ MEIHY, José; HOLANDA, Fabíola. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

¹² BELLOTTO, Heloísa. *Arquivos Permanentes. Tratamento Documental*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

¹³ Vários trabalhos de conclusão de curso de História da UFPel foram feitos a partir do acervo da Justiça do Trabalho, como os de Eduarda Borges da Silva (sobre tecelãs); Marciele Vasconcelos (sobre alfaiates); Micaele Scheer (sobre sapateiros); Jordana Pieper (sobre estivadores). Todos os textos estão disponíveis no acervo do NDH, assim como os outros trabalhos defendidos pelos alunos do Bacharelado e da Licenciatura em História.

¹⁴ LONER, Beatriz; SCHNEIDER, Kate. A implantação das carteiras de trabalho no Rio Grande do Sul: primeiros dez anos de resultados de pesquisa sobre a Delegacia regional de Trabalho - RS. In: JORNADAS URUGUAYAS DE HISTORIA ECONÓMICA, 5., 2011, Montevideo. *Anais...* Montevideo, 2011.

¹⁵ Ver MICHELON, Francisca (Org.). Patrimônio cultural edificado da Universidade Federal de Pelotas: primeiro estudo. Pelotas: EdUFPel, 2013; MELO, Chanaísa. Fragmentos da Memória de uma Fábrica na Coleção Fotográfica Laneira Brasileira Sociedade Anônima. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012 e MICHELON, Francisca Ferreira; MICHELON, Douver; MELO, Chanaisa (Orgs.). Catálogo: O Museu do Saber e do Fazer: arte, ciência, em ações educativas no Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo. Pelotas: Ed. Universidade Federal de Pelotas, 2012.

Artigo recebido em abril de 2014. Aceito em agosto de 2014.